

## **DESEMPREGO E JUVENTUDES: A ESPACIALIZAÇÃO DOS JOVENS NO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI**

Rodrigo Emanuel de Sousa Almeida - <https://orcid.org/0000-0003-0764-3829>

Anderson Christopher dos Santos - <https://orcid.org/0000-0001-6933-1121>

**RESUMO:** A crise do desemprego vem afetando a população mais jovem que é egressa do ensino médio e se depara com desafios no mundo do trabalho, sem experiência profissional. Nos países em desenvolvimento a realidade é agravada com as desigualdades socioeconômicas. Objetiva-se com o presente trabalho analisar a espacialidade do desemprego juvenil no Brasil, entre jovens de 18 a 24 anos. Como método é utilizada análise quantitativa de dados secundários da RAIS e PNAD com variáveis de emprego, desemprego, força de trabalho, força de trabalho na informalidade e fora da força de trabalho. A *International Labour Organization* (ILO) indica a população jovem como mais afetada pelo desemprego em comparação com as demais faixas etárias. Com base nos dados do IBGE (2022) entre os de 2019 a 2022, essa população é a principal afetada pelo desemprego no Brasil. No terceiro trimestre de 2020 a taxa de desemprego era de 30,6% e no quarto trimestre de 2022 ocorreu um declínio para 16,4% da população na faixa etária mencionada. Apesar do crescimento no número de políticas educacionais para formação profissional e permanência de jovens no ensino superior, o acesso ao mundo do trabalho não ocorreu na mesma proporção.

**Palavras-chave:** Desemprego; Juventudes; Mundo do Trabalho; Formação; Brasil.

## **UNEMPLOYMENT AND YOUTH: THE SPECIALIZATION OF YOUNG PEOPLE IN THE BRAZILIAN WORLD OF WORK IN THE 21ST CENTURY**

**ABSTRACT:** The unemployment crisis has been affecting the younger population who have graduated from high school and are faced with challenges in the world of work, without professional experience. In developing countries, the reality is worsened by socioeconomic inequalities. The aim of this work is to analyze the spatiality of youth unemployment in Brazil, among young people aged 18 to 24. As a method, quantitative analysis of secondary data from RAIS and PNAD is used with variables of employment, unemployment, workforce, informal workforce and outside the workforce. The International Labor Organization (ILO) indicates that the young population is most affected by unemployment compared to other age groups. Based on data from IBGE (2022) between 2019 and 2022, this population is the main one affected by unemployment in Brazil. In the third quarter of 2020 the unemployment rate was 30.6% and in the fourth quarter of 2022 there was a decline to 16.4% of the population in the mentioned age group. Despite the growth in the number of educational policies for professional training and the retention of young people in higher education, access to the world of work did not occur at the same rate.

**Keywords:** Unemployment; Youth; World of Work; Formation; Brazil.



## DESEMPLEO Y JUVENTUD: LA ESPECIALIZACIÓN DE LOS JÓVENES EN EL MUNDO DEL TRABAJO BRASILEÑO EN EL SIGLO XXI

**RESUMEN:** La crisis del desempleo viene afectando a la población más joven, graduada de la escuela secundaria y que enfrenta desafíos en el mundo laboral, sin experiencia profesional, mientras que en los países en desarrollo esta realidad se ve agravada por las desigualdades socioeconómicas. El objetivo de este trabajo es analizar la espacialidad del desempleo juvenil en Brasil, entre jóvenes de 18 a 24 años. Como método se utiliza análisis cuantitativo de datos secundarios del RAIS y PNAD con variables de empleo, desempleo, altas y despidos. La *Organización Internacional del Trabajo* (OIT) indica que la población joven es más afectada por el desempleo en comparación con otros grupos de edad. Con base en datos del IBGE (2022) entre 2019 y 2022, esta población es la principal afectada por el desempleo en Brasil. En trimestre de 2020 la tasa de desempleo fue del 30,6% y en el cuarto trimestre de 2022 se produjo un descenso hasta el 16,4% de la población en el mencionado grupo de edad. A pesar del crecimiento del número de políticas educativas para la formación profesional y la retención de jóvenes en la educación superior, el acceso al mundo del trabajo no ocurrió al mismo ritmo.

**Palabras clave:** Desempleo; Juventud; Mundo del trabajo; Capacitación; Brasil.

### 1. INTRODUÇÃO

O desemprego é uma das problemáticas que expõe a capacidade do Estado e do mercado de trabalho em não ofertar a sua população condições ou alternativas de inserção ao mundo do trabalho em nível nacional e internacional, seja por ausência de políticas públicas ou por suas fragilidades diante o que se busca ser ideal e o que é real para a população nos lugares em que vivem e/ou residem.

Para Singer (1999), além do desemprego, alguns condicionantes situam a população em situações precárias como: a informalidade, a ociosidade de indivíduos qualificados, os baixos salários, a desvalorização profissional, a perda de direitos trabalhistas e dentre outras situações que fragilizam o empregado e a sua relação com o empregador.

Apesar do próprio autor Singer (1999) mencionar não haver uma oferta de emprego, o que se tem é uma oferta de força de trabalho que não consegue ditar o seu próprio valor. O importante a ser destacado é que:

As pessoas são excluídas porque não possuem as qualificações exigidas pelo mercado, ou porque elas deixam de migrar para onde suas habilidades são requeridas, ou porque suas prioridades são tais que elas preferem permanecer ociosas, fora dos relacionamentos econômicos e sociais que criam a normalidade (Singer, 1999, p. 65).



A maneira como o mercado de trabalho está configurado ou estruturado e, da mesma forma, a força de trabalho qualificada, ressoa sobre as condições sociais e econômicas de cada país, sejam esses os que detêm poder econômico numa lógica global dominante ou os que são dominados pela ação desses.

Entre as críticas tecidas a globalização existente é chamada atenção para a pobreza estrutural globalizada, que cria condições cada vez mais precárias de emprego, rendimentos e desvalorização de trabalhadores, além de mencionar que: “[...], é lícito considerar que a atual divisão ‘administrativa’ do trabalho e ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza” (Santos, 2017, p. 72, grifo do autor).

Já Frigotto (2004) destaca que um dos grupos populacionais mais afetados pela crise do trabalho é a população de jovens:

Combina-se ao momento atual uma gravíssima crise do trabalho no país, responsável pelo maior distanciamento entre o que o jovem gostaria de ser (expectativas de futuro) e o que realmente consegue ser (realidade do dia-a-dia). A crise do trabalho rebate sobre a juventude diferenciadamente quando analisada do ponto de vista de uma sociedade de classes, uma vez que para o jovem filho de pais de classes média e alta tende a estar associado à emigração internacional (Frigotto, 2004, p. 239).

Mesmo que qualificados, os jovens enfrentam desafios para então assumir cargos em sua área de formação, se agravando em casos de filhos da classe trabalhadora/operária que são destinados a postos de trabalhos onde se exige a força, enquanto os filhos da classes média são destinados a atenderem a cargos que a exigência está no intelectualidade.

Com isso questiona-se: Como o desemprego juvenil está distribuído no Brasil? Há maior desemprego juvenil em regiões desenvolvidas economicamente? Será que após a expansão do ensino superior houve maior ou menor nível de desemprego juvenil?

Elabora-se, a partir dos questionamentos levantados anteriormente, o objetivo do trabalho de forma sucinta em analisar a espacialidade do desemprego juvenil no Brasil a partir da projeção cartográfica desses jovens no mundo de trabalho e a sua não inserção ocasionando níveis maiores de desemprego, desocupação e desalento. É verificado a partir do objetivo central as diferenças regionais de desemprego juvenil em comparação com a formação desses em suas respectivas regiões de atuação.



O trabalho está dividido em: referencial teórico, metodologia e procedimentos metodológicos da pesquisa realizada, resultados e discussões, por fim, as considerações finais do trabalho.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa se concentra na pesquisa teórica com discussões obtidas em artigos, livros, dissertações, teses e demais trabalhos existentes em mídia digital e organizações, com autores das áreas: da Geografia, da Economia, das Ciências Sociais, da Ciência Política, da Educação e Ensino. Também é feita pesquisa quantitativa com base em dados secundários de plataformas digitais governamentais que detenham informações sobre emprego, desemprego e qualificação profissional no Brasil.

É realizada, inicialmente, a coleta de dados sobre desemprego no país a partir de dados na plataforma da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para explicar o cenário brasileiro sobre o vínculo empregatício da população. Além de, também, contar com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A busca nas plataformas compõe o quadro de empregados e desempregados, além da taxa de desemprego por idade e índice de rendimentos.

Para obtenção de dados sobre a população e sua formação é realizada uma busca no Censo da Educação Superior disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde será filtrada informações sobre: formação da população que está enquadrada dentro do grupo populacional juvenil, cursos com maior oferta em cada estado (vagas, matriculados e quantidade) e localização desses.

Os dados obtidos são tratados pela ferramenta metodológica QGIS, sendo um *software* responsável pela projeção da espacialização a partir de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) e tem livre acesso pelos indivíduos que desejem manusear a ferramenta. Além da utilização de quadros e tabelas tabuladas em planilha eletrônica da plataforma *Google*, em decorrência do livre acesso.



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A *International Labour Organization* (ILO) indica que a população de jovens é uma das mais afetadas pelo desemprego em comparação com as demais faixas etárias da população global, além de afetar de maneira diferente e agravante os países com renda baixa ou alta dos indivíduos e altos índices de desigualdades (ILO, 2022).

A Política Nacional de Juventude brasileira define jovens para além da definição internacional sobre o que é ser jovem, entre os fatores se tem a idade de 15 a 17 anos (jovens-adolescentes) e 18 a 24 anos (jovens-jovens) e de 25 a 29 anos (jovens-adultos); e o *status* social e econômico (Santos, 2020).

As juventudes são formadas por sua condição social diante a sociedade. Os jovens são aqueles que estão em transição da infância para a vida adulta, sujeito que está vivenciando fase repleta de problemas, sujeito estratégico para o desenvolvimento nacional, sujeito em fase de compreensão da sua cidadania (Abramo, 2003).

As juventudes brasileiras são diversas não apenas pelas etapas vivenciadas, mas por estar sujeitas às condições diversas de vivências em um país condicionado a desigualdades econômicas, sociais, raciais e do próprio lugar de origem. Não estando assim todos em um quadro de igualdade socioeconômica, cultural e espacial para lidar com as suas particularidades.

Do total de 1.215 bilhões de jovens no ano de 2021, que integrava a população mundial, o quantitativo de 732 milhões estavam fora da força de trabalho por estarem estudando ou não tinham ainda ingressado no mercado de trabalho, sendo que 408 milhões estavam empregados e 75 milhões desempregados (ILO, 2022).

Se o mercado de trabalho se apresenta como um desafio inicial para os jovens que querem estarem nele inseridos, nos últimos anos isso teve como agravamento a pandemia de *COVID-19* (*SARS-CoV-2*), que potencializou o crescimento no número de jovens desempregados para um total de 75 milhões de desemprego em 2021 e podendo haver um decréscimo em 2022 para 73 milhões de jovens desempregados (ILO, 2022).

No início do século XXI, entre a população de jovens, que correspondiam à faixa etária de 15 a 24 anos, havia uma taxa de desemprego que passou de 13,2% para 16% de jovens que estavam desempregados em 2017 (BANCO MUNDIAL,



2021). Ainda conforme os mesmo dados, o Brasil aparece acima dessa média mundial e está situado como o país da América Latina com maior percentual de jovens desempregados, sendo uma taxa de desemprego entre esse grupo de 28,5% dos jovens que em 2021 estavam desempregados (BANCO MUNDIAL, 2021). Essa mesma porcentagem representaria cerca de 3,7 milhões de jovens brasileiros entre 18 a 24 anos, que mesmo finalizando cursos profissionais não conseguem inserção no mercado de trabalho (G1, 2022).

O maior quantitativo de admitidos por estado corresponde pelo sexo masculino, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a porcentagem pode chegar a quase 64%. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho pelo público feminino perpassa a sociedade patriarcal onde define-se direta e indiretamente qual emprego é destinado para a mulher e as condições a que estas estão submetidas.

As demais categorias analisadas (não admitidas e desligadas) não destoam da realidade anterior, o mercado de trabalho é dominado pelos jovens entre 18 a 24 anos é composto, em sua maioria, pelo público masculino. Sendo apenas entre as demissões realizadas que o público feminino consegue ultrapassar o público masculino em quatro unidades da federação.

Com base nos dados do IBGE (2022) dos anos de 2013, 2015 e 2023, a população de 18 a 24 anos é a principal afetada pelo desemprego no Brasil, sendo em sua maioria afetada por tal condição a população feminina e também pertencente a região nordeste do país. As taxas atingiram no terceiro trimestre de 2020 a porcentagem de 30,6% e no quarto trimestre de 2022 ocorreu um declínio para 16,4% da população na faixa etária mencionada.

Na tabela 01 é mostrada a população de jovens em situação de desemprego, desocupação e ocupados dentro do mercado de trabalho informal, além da força de trabalho e aqueles que estão fora da força de trabalho, em território brasileiro nos anos corrente de 2013, 2015 e 2023 por idade e categoria que se encaixam.

**Tabela 01** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, em situação de informalidade e respectivas por idade

Idade	Força de trabalho		Fora da força de trabalho		Ocupados		Desocupados		Ocupados na Informalidade	
	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2015 <sup>1</sup>	2023
14 a 17 anos	2.911	1.926	11.001	10.175	2.370	1.353	541	573	1.575	1.041
18 a 24 anos	16.340	15.340	7.653	6.940	14.241	12.792	2.099	2.548	5.090	5.407
25 a 39 anos	39.985	41.557	9.400	9.567	37.624	38.461	2.362	3.096	12.336	13.394
40 a 59 anos	33.748	40.943	13.017	14.740	32.684	38.779	1.064	2.164	13.242	14.798
60 anos ou mais	5.336	7.791	18.173	25.629	5.251	7.525	85	267	3.118	4.094

Fonte: PNAD-Contínua trimestral (IBGE, 2013, 2015, 2023).

Os indivíduos que estão concentrados na força de trabalho decorre de uma parcela da população que consegue estar estabilizada no mercado de trabalho por um maior período de tempo, ao contrário da população de jovens, que ainda recorrem às alternativas do mercado informal para conseguir obter alguma renda.

A inserção dos jovens ao mercado informal está permeada de contradições diante novas formas de trabalho que foram endossadas com a nova reforma trabalhista pela lei nº 13.463, promulgada dia 13 de julho de 2017, e com profundas alterações nas relações trabalhistas direcionadas a flexibilização da jornada de trabalho, flexibilização da remuneração, trabalho intermitente e autônomo, alterações nas rescisões de contrato de trabalho, representação dos trabalhadores na firma, descentralização das negociações e outros pontos. A possibilidade do indivíduo “fazer o seu próprio dinheiro” ganhou corpo nas narrativas que dominam o cenário do empreendedorismo, sobrepondo o que antes se tinha o discurso voltado para a garantia de direitos trabalhistas e os vínculos de trabalho (Krein; Colombi, 2019).

A reforma trabalhista mostrou as suas finalidades, até mesmo na sobreposição de dados e leituras atuais dadas aos seus tratamentos, gerando interpretações diferentes para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e suas problemáticas sendo corroboradas, entre esses: a não absorção do indivíduo pelas empresas e empregos locais e regionais; apesar da formação profissional e superior, os indivíduos encontram barreiras do não desenvolvimento econômico e as disparidades regionais ofertadas pelo mercado de trabalho.

<sup>1</sup> Não havia dados disponibilizados no ano de 2013, com isso utilizou-se do ano que sucedeu-se e, que detinham de tais dados na ocupação de indivíduos na informalidade.



Os dados ora apresentados poderiam mostrar outra realidade, após o massivo investimento realizado com a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, sejam estas privadas, públicas (federais ou estaduais) ou sem fins lucrativos.

No Brasil, período que tece entre 2003 a 2010, ocorreu um avanço para as políticas públicas direcionadas à educação e formação da população com a expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), que responsável pela criação dos Institutos Federais ressoando a partir das finalidades que envolviam o desenvolvimento locais e regionais com base no investimento em educação.

Em 2000 o quantitativo de IES, sejam essas públicas (federal ou estadual) e privada, eram de um total de 435 nas capitais e 745 em municípios interiorizados do país, já no total de egressos foi de 324.734 discentes (INEP, 2001). Já em 2020 esse total saltou para 856 nas capitais e 1.601 em municípios interiorizados, enquanto que o número de egressos (concluintes) foi de 1.278.622 discentes em 2020 (INEP, 2021)

Apesar dos investimentos realizados em educação e na produção de políticas públicas para a expansão da educação superior e profissional para áreas interiorizadas, isso não tem sido suficiente para garantir a empregabilidade local e/ou regional da população juvenil. Segundo dados do CAGED, houve um aumento da população com nível superior vinculada no trabalho formal entre os anos de 2001 a 2021, sendo que a sua maioria é correspondente a uma população que concluiu apenas o ensino médio e que possui de 15 a 24 anos. A população da mesma faixa etária que tinha finalizado o ensino superior passou de 118.496 em 2001 para 321.311 em 2021 (Brasil, 2001, 2021).

Na Tabela 02 pode-se verificar a divisão da população por instrução, seja na força de trabalho ou fora da força de trabalho, ocupados ou desocupados e ocupados na informalidade:

**Tabela 02** - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, em situação de informalidade e respectivas por instrução

Nível de instrução	Força de trabalho	Fora da força de trabalho	Ocupados	Desocupados	Ocupados na Informalidade
--------------------	-------------------	---------------------------	----------	-------------	---------------------------



	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2013	2015 <sup>2</sup>	2023
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	3.028	2.224	6.654	6.482	2.912	2.085	116	139	2.060	1.511
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	27.273	19.378	25.866	24.938	25.761	17.842	1.512	1.536	14.456	11.228
Ensino fundamental completo ou equivalente	10.948	7.623	7.141	7.236	10.218	6.889	730	734	4.168	3.606
Ensino médio incompleto ou equivalente	6.756	7.887	5.292	6.496	6.038	6.812	719	1.076	2.805	3.529
Ensino médio completo ou equivalente	31.215	39.818	9.676	14.465	28.951	36.142	2.265	3.676	8.646	12.675
Ensino superior incompleto ou equivalente	5.112	6.840	1.877	2.424	4.778	6.270	334	571	1.111	1.843
Ensino superior completo ou equivalente	13.988	23.786	2.738	5.010	13.514	22.871	474	915	2.116	4.343

Fonte: PNAD-Contínua trimestral (2013, 2015, 2023).

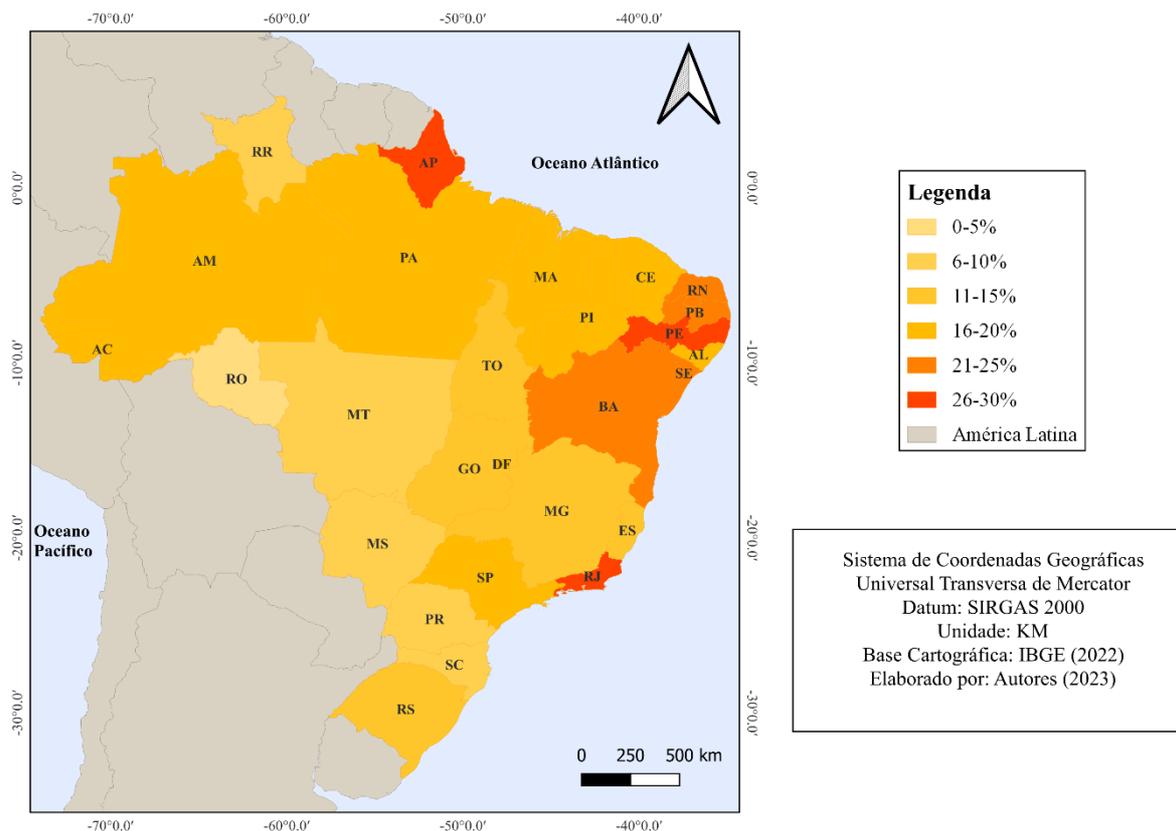
Como visto, apesar do crescimento na formação de profissionais qualificados, o mercado de trabalho não foi afetado significativamente após a expansão e a formação atingiu um maior número de concluintes, isso comparado aqueles que detinham do ensino superior completo.

Isso pode levar a questionamentos sobre a espacialização da população desempregado e como esse fenômeno é reproduzido em território nacional como forma de indicar áreas com maiores necessidades das ações do poder público em sanar problemáticas econômicas, sociais e culturais ainda persistentes em áreas atendidas com as instituições de ensino profissionalizantes e superior que, no final não consegue ter o mesmo sucesso na empregabilidade.

No mapa 01, poderá ser visto onde está concentrada a mão de obra desocupada e subutilização da força de trabalho no Brasil pela população de jovens:

### Mapa 01 – Jovens entre 18 a 24 anos desocupados por Unidade da Federal no segundo trimestre de 2023 (%)

<sup>2</sup> Não havia dados disponibilizados no ano de 2013, com isso utilizou-se do ano que sucedeu-se e, que detinham de tais dados na ocupação de indivíduos na informalidade.



Fonte: PNAD-Contínua trimestral (2023).

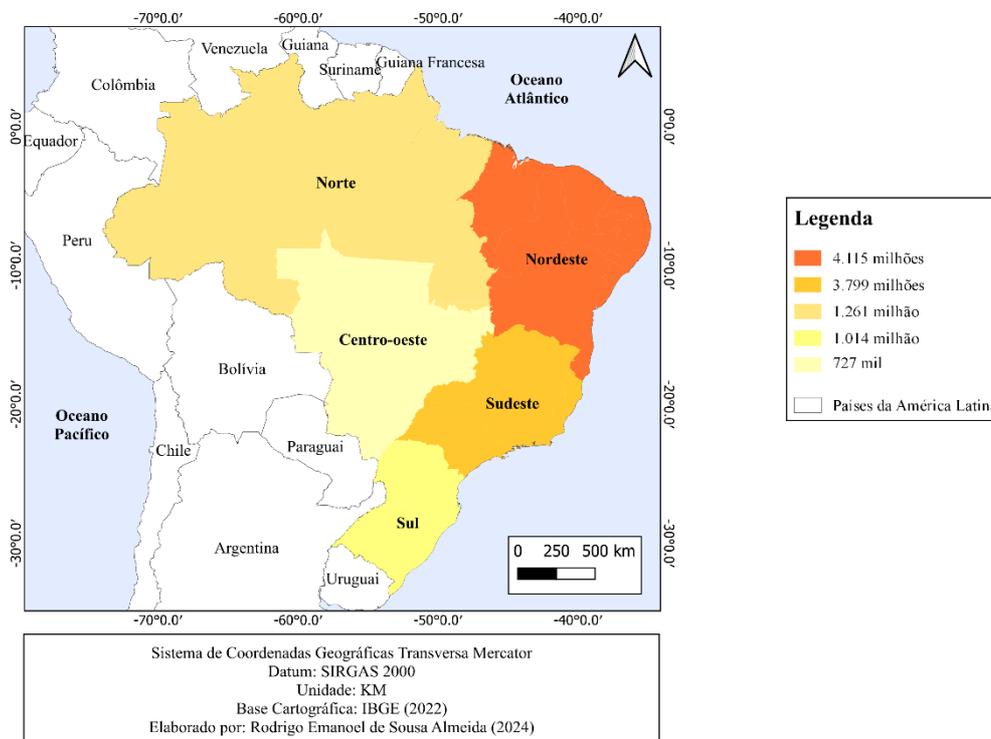
Pode-se observar que às principais áreas com maiores índices de desocupação perpassa por regiões estagnadas que sofreram por séculos desigualdades socioeconômicas, apesar do Rio Janeiro entre os que mais sofrem com a desocupação o mesmo aparece isolado em comparação com os demais das regiões centro-oeste, sudeste e sul, podendo também ser considerada a variável populacional como fator para a concentração desse estado. Já o norte e, principalmente, o nordeste estão em destaque, valendo salientar as discrepâncias regionais de não desenvolvimento socioeconômico auferidas as regiões.

Quando direcionamos o olhar para população egressa desse nível de ensino, sendo essa jovens entre 15 a 29 anos, pode-se perceber que são a com maiores índices de desemprego e desocupação no país, onde as opções são escassas e acabam inseridos na lógica de serem uma população por definição Nem trabalham,

Nem estudam (NEM-NEM), mas que por de discussão é por bem defini-los como Sem oportunidade de emprego, Sem oportunidade de estudo (SEM-SEM)<sup>3</sup>.

No Brasil, o quantitativo de jovens entre 15-29 anos que não trabalham e, também, não estudam contabiliza um total de 10.917 milhões, sendo que a maioria é concentrada na faixa de 18-24 anos com um total de 6.316 milhões. É possível verificar a divisão dessa realidade por região no Mapa 02:

**Mapa 02 – Quantitativo da população que não estuda/não trabalha (NEM-NEM)**



Fonte: IBGE (2022).

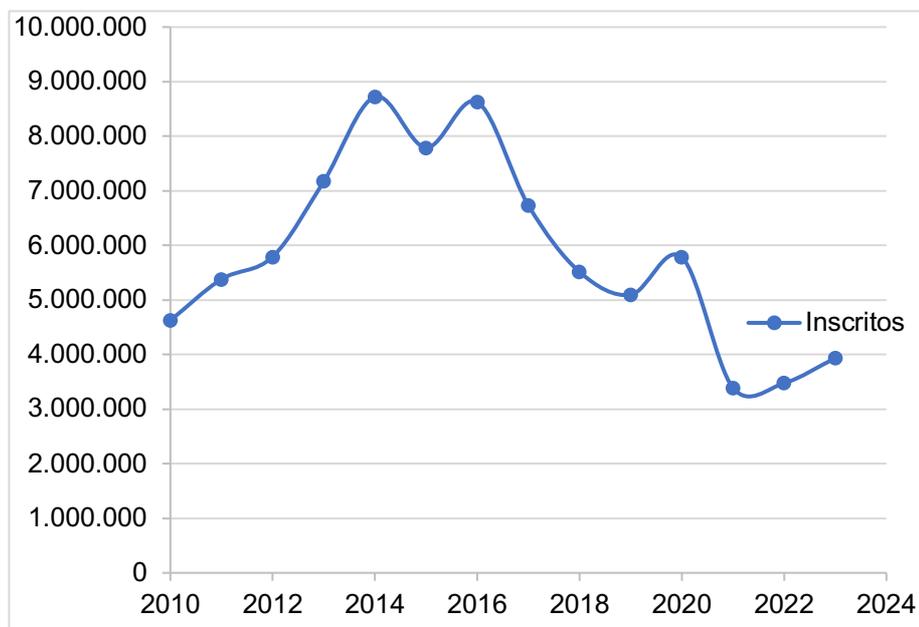
Entre os condicionantes da população jovem que se configura como nem-nem, estão aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho após a sua saída do ensino básico e não são inseridos no ensino superior de imediato. Isso não significa que esses jovens estão literalmente ociosos, mas que os dados oficiais representam o não vínculo com as atividades econômicas e produtivas.

<sup>3</sup> O termo é proposto em decorrência de não definir essas populações as suas condições atuais diante a sociedade, onde estes se reconhecem em uma condição de estar sem estudar e/ou trabalhar (Menezes e Santos, 2023).



Outro ponto importante a ser destacado é referente aos estudos, aqueles que não estão no mercado de trabalho ou, caso, estejam dividem a sua jornada entre trabalhar e estudar. Porém, há aqueles que não dão prosseguimento à formação superior. Dados referentes ao ENEM ao longo dos anos indicam o não prosseguimento nos estudos do público alvo (egressos do nível básico) para ingressarem nas IES. Além disso, entre os anos de 2010, onde o quantitativo de inscritos no ENEM era de 4.626.094 milhões passou para 3.933.970 inscritos em 2023. No entanto, ao decorrer dos anos essa realidade nos mostra cenários diferentes, desde a junção do ENEM com o SISU em 2010, para o último ano (Gráfico 01).

**Gráfico 01 – Inscritos no ENEM ao decorrer de 2010 a 2023**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nas sinopses do INEP (2023).

Os anos que sucedem a queda no número de inscrições no ENEM indica o sucateamento na educação com cortes no orçamento, forte discurso negativo nas redes sociais ao que remetem políticas públicas que não conseguem atingir os objetivos definidos, nem mesmo serem atrativas para que os jovens egressos do ensino básico possam dar continuidade aos estudos.

No entanto, o cenário de desemprego pode propiciar a esses jovens situações de trabalho mal remunerado, precarizado, explorado e, até mesmo, em situações de trabalho forçado. O prosseguimento nos estudos ou não prosseguimento finda por se



relacionar a fatores de necessidade social e familiar que os jovens possam enfrentar no cotidiano para contribuição com a renda familiar e os desejos individuais estimulados por uma cultura de massa no consumo de bens e serviços.

Conforme o Atlas da Juventude (2021, p. 264):

Sendo o mais móvel dos grupos sociais, as juventudes constituem a maior parte dos movimentos migratórios anuais no mundo. Quando os jovens migram em condições de liberdade, dignidade, equidade e segurança, eles podem impulsionar o desenvolvimento econômico e social dos países de origem e destino.

A ausência de estímulos para o acesso e permanência dos estudantes no ensino, principalmente superior como demonstrado, enfatiza problemáticas políticas, sociais, econômicas e, até mesmo, culturais, influenciando a perspectiva da população sobre a educação e trabalho. A busca por novas formas de trabalho, a não busca por trabalhos que remetem a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e/ou o desejo de sair do país em busca de oportunidades em lugares com maiores níveis de atratividade.

O cenário que demonstra a problemática da saída da população altamente qualificada, o Brasil ocupava, no geral, a posição 80º de um total de 132 países que detinham de competitividade de talentos, sendo que também estava ocupando a posição 70º referente a retenção dessa população, a posição 96º de atração, posição 55º de crescimento e 79º de habilidades. Assim, o país está em posição inferior para lidar com os seus talentos e os talentos pertencentes a outros países, impactando tanto a produção de conhecimento científico e tecnológico para o avanço e desenvolvimento nacional, como para lidar com a permanência dos cidadãos nos seus lugares de origem (INSEAD, 2020).

Conforme De Negri (2018), entre os anos de 2010 até 2011, um total de 295 mil brasileiros foram trabalhar fora do país. Mas, o presente fenômeno não está concentrado apenas a uma visão destinada apenas ao exterior, Freguglia et al. (2019) indica que também migrações internas de cérebros entre microrregiões do país com direcionamento de mão de obra qualificada para centros urbanos centrais.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indica que uma das maiores dificuldades para estar no mercado de trabalho emerge durante o período transitório da educação para o trabalho e postergada com a permanência no processo formativo (OCDE, 2021).



O desemprego é uma das problemáticas que expõe a capacidade do Estado e do mercado em absorver a mão de obra excedente, afetando na economia existente no país em não “[...] prover ocupação produtiva para todos aqueles que a desejam” (Flori, 2003, p. 1), com condições ou alternativas de inserção ao mercado de trabalho em nível nacional, seja por ausência de políticas públicas ou por suas fragilidades diante o que se busca ser ideal e o que é real para a população nos lugares em que vivem.

Berlinck e Sant’Anna (1972) os países em desenvolvimento econômico já estariam investindo na formação de cientista e não fugindo da regra da perda de capital humano para países desenvolvidos economicamente a exemplos dos Estados Unidos da América e para o continente Europeu, que é colocado como um dos principais destinos de brasileiros altamente qualificados no início da segunda metade do século XX.

Se por um lado temos sob a problemática do desemprego para a população de jovens que não conseguem ascender socialmente e economicamente pelas limitações impostas a esses nos lugares de origem, por outro é visto os jovens que conseguem realizar os seus deslocamentos e migrações (intermunicipal, interestadual, inter-regional e internacional).

Atualmente as migrações dão lugar às mobilidades entre cidades com maiores e menores níveis hierárquicos na rede urbana brasileira, mas que fazem parte do rol de cidades que tiveram crescimento urbano e populacional nas últimas décadas. Entre as cidades que obtiverem novos ritmos de crescimento urbano e populacional estão as situadas no interior do nordeste brasileiro como destaca Baeninger (2010, p. 220): “Esse crescimento da população das áreas urbanas do interior do Nordeste reflete a interiorização do processo de urbanização, bem como os novos destinos migratórios, com o aumento da participação do interior urbano no total das populações estaduais”.

As populações foram beneficiadas com: expansão de sistemas de transportes e telecomunicações possibilitou maior articulação entre os lugares (Tavares, 2017). Além de contar também com a expansão da educação superior para áreas interioranas dos estados, mas não na mesma proporção de investimentos que instituições localizadas nos grandes centros urbanos do país, quiçá ao mesmo nível internacional de instituições mais aparadas de recursos financeiros.

Nas políticas públicas esta problemática exposta está imbuída de significados, principalmente quando se remete aos investimentos realizado para potencializar a



dinâmica nos lugares em que as instituições estão instaladas, mas findam por contribuir com a saída dessa população de estudantes egressos do ensino superior, que após a sua formação tem a possibilidade de ser absorvido pelas poucas vagas no mercado de trabalho local e regional, ou que decidem por permanecer e trabalhar em uma área que não é a da sua formação e/ou decidem migrar em busca de melhores condições de trabalho em outros lugares.

Diante desse íterim, é chamada atenção pela capacidade do mercado local em absorver a massa de trabalhadores formados pelos institutos e as capacidades estatais para que essas instituições possam ter papéis centrais com o crescimento, modernização e potencialização propiciado aos *clusters*<sup>4</sup> de conhecimento locais em países com economia emergente.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desemprego juvenil é apresentado como uma problemática oriunda de outros condicionantes que adentra o campo social e econômico de cada país, além das fragilidades existentes nas políticas públicas implementadas, destoantes dos aspectos que ditam a realidade local, regional e/ou nacional, mas também ultrapassa limites territoriais atuando sobre a própria lógica global do mercado de trabalho.

No Brasil a realidade do desemprego juvenil está concentrada na região Nordeste, que foi historicamente negligenciada com a incapacidade do Estado em lidar com as desigualdades econômicas, sociais e educacionais. No entanto, apesar dos investimentos para a formação profissional da população com a expansão de instituições federais, houve um aumento de jovens que detinham o ensino médio completo inseridos no mercado de trabalho, enquanto aqueles que detinham de ensino superior houve um crescimento menor. Mas que, em comparação entre esses, um total de 3,7 milhões de jovens encontram-se desempregados. Levando-nos questionar sobre a absorção dos estudantes, formados nas instituições locais e/ou regionais as quais estavam vinculados, no mercado de trabalho para avaliar a função social dessas instituições para os lugares onde estão situadas.

---

<sup>4</sup> “[...] os clusters são descritos como ambientes nos quais cooperação e concorrência coexistem num sistema de empresas de diferentes segmentos que precisam constantemente buscar sua competitividade em um mercado mundial e sem as mesmas reservas de mercado que estimularam os distritos industriais” (Finatti, 2017, p. 28).



Ou seja, não bastaria apenas a implantação de instituições que ofertam o ensino superior, que neste caso específico foi selecionado os IFs, mas também uma política que foque na potencialização econômica junto aos setores produtivos e econômicos existentes nesses locais e regiões para que a dinâmica econômica tenha impactos relevantes, além de fornecer base para que haja a absorção da mão de obra qualificada e geração de novos empregos e funções desempenhadas nesses lugares.

O que pode ser percebido nas últimas décadas é a ascensão do setor terciário e absorção dessa mão de obra destinada em serviços que são impactados com precarizações e com baixa remuneração. Isso ocorre em seguida ao arrefecimento de suas bases produtivas e de suas crises econômicas e fatos históricos que influenciam a atual dinâmica econômica nas cidades, tornando-as mais desiguais e heterogêneas.

Além de poder potencializar a saída dos jovens formados para outros estados, regiões e países. Porém, não é todos que teriam condições financeiras para migrar com destino a outros países, estados e até mesmo outros municípios, fazendo com que esses permaneçam “refém” do seu lugar de origem e submetendo a empregos que não condizem com a sua área de formação obtida. Algo que se demonstra ser mais alarmante quando aprofundado o fenômeno estudado, havendo assim um estoque e desperdício de cérebros (talentos).

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia de. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. Políticas de juventude centro América**. São Paulo: Ação Educativa, 2003. p. 19-39.

ATLAS DAS JUVENTUDES. **Jovens, população e percepções**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021. NERI, M. Jovens: projeções populacionais. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/06/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-COMPLETO-1.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2023.

BAENINGER, R. Crescimento das cidades: metrópole e interior do Brasil. In: BAENINGER, R. (Org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. 1 ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2010, v. 1, p. 209-222.

BANCO MUNDIAL. **Unemployment, youth total: % of total labor force ages 15-24 modeled ILO estimate**. International Labour Organization, 2021. World Bank. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.1524.ZS>. Acesso em: 29 mar. 2023.



BERLINCK, Manoel Tosta; SANT'ANNA, Vanya M. A "Evasão de Cérebros" brasileiros para os Estados Unidos da América: análise da situação e sugestões para uma política de retorno. **Revista Administração de Empresas**, v. 12, n.2, p. 13–23, 1972. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/40268>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília: DF, 2001.

BRASIL. **Lei nº 13.467/2017, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasil, 2017c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília: DF, 2021.

DE NEGRI, F. **Novos caminhos para a inovação no Brasil**. São Paulo: Wilson Center, 2018.

FINATTI, Rodolfo. **Aglomerções industriais no Brasil: uso do território e transformações recentes**. 2017. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2017.

FLORI, Priscila Matias. **Desemprego de Jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil**. 2003. 77 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, 2003.

FREGUGLIA, R. S.; GONÇALVES, E.; DUTRA, R. H. P.; GAMA, L. C. D. Fuga de cérebros no mercado de trabalho formal das cidades brasileiras: uma análise de dados em painel para o período 1995-2008. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 53, p. 381-412. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/875>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FRIGOTTO, G. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, Paulo. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

**G1. Jornal Nacional: Desemprego no país**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/02/cerca-de-37-milhoes-de-jovens-brasileiros-estao-desempregados.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2023.



IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua 2013**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua 2015**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua 2022**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2023.

INSEAD. **The Global Talent Competitiveness Index 2020**: Global Talent in the Age of Artificial Intelligence, Fontainebleau, France. 2020. Disponível em: <https://www.insead.edu/sites/default/files/assets/dept/globalindices/docs/GTCI-2020-report.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2000**. 2001. [online]. Brasília: Inep, 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 23 mai. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2021**. 2022. [online]. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 23 mai. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Microdados do Censo da Educação Superior 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 4 mai. 2023.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Global Employment Trends for Youth 2022**: investing in transforming futures for young people. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms\\_853321.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_853321.pdf). Acesso em: 29 mar. 2023.

KREIN, J. D.; COLOMBI, A. P. F. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v.40, e0223441, p. 1-18, 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/es/a/X9zPP8bXjjvTHTXK4wYqszk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MENEZES, V. M. O. de; SANTOS, R. S. dos. Juventude, educação e trabalho no Brasil (2012-2022). **Tempo Social**, v. 35, n. 3, 137-160, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/jpQzTDLdnWjLk8pmctyRKXL/>. Acesso em: 20 abr. 2024.



Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Indicator A2. Transition from education to work: Where are today's youth?** 2021. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/sites/b35a14e5-en/1/3/2/2/index.html?itemId=/content/publication/b35a14e5-en&\\_csp\\_=9689b83a12cab1f95b32a46f4225d1a5&itemI GO=oe cd&itemContent Type=book](https://www.oecd-ilibrary.org/sites/b35a14e5-en/1/3/2/2/index.html?itemId=/content/publication/b35a14e5-en&_csp_=9689b83a12cab1f95b32a46f4225d1a5&itemI GO=oe cd&itemContent Type=book). Acesso em: 28 fev. 2023.

SANTOS, A. C. dos. A construção social da vulnerabilidade de jovens o contexto da modernização periférica. *In*: Souza, A. A.; Santos, A. C.; Moura, D. H. (Orgs.). **Políticas de acesso à educação e ao trabalho para a juventude brasileira**. João Pessoa: Editora IFPB, 2020. p. 11-27.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2017 [2000].

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 1999.

TAVARES, Edseisy Silva Barbalho. Rede urbana e redes de serviços bancários, postais e educacionais do Rio Grande do Norte: coexistências de hierarquias. **Confins**. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 32, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12323>. Acesso em novembro de 2022

Submetido em 01/05/24.

Aprovado em 30/06/24.